

EDITAL

I PRÊMIO NACIONAL DE JORNALISMO DO PODER JUDICIÁRIO 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

Os signatários do Acordo de Cooperação Técnica STJ n. 17/2023, abaixo assinados, no uso de suas atribuições

RESOLVEM:

TORNAR PÚBLICA a realização do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário - 35 anos da Constituição Cidadã**, conforme as regras dispostas neste edital.

1. FINALIDADE

1.1 O **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** é uma iniciativa conjunta do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Superior Tribunal Militar (STM) para celebrar o aniversário da Constituição Federal, promovendo a reflexão a respeito dos direitos garantidos a partir do marco constitucional de 1988. O prêmio objetiva ressaltar a função social e judicante de cada um dos tribunais no dia a dia da sociedade e na proteção do Estado Democrático de Direito.

2. OBJETIVOS

2.1 Estimular a produção de conteúdo jornalístico que destaque o papel do Judiciário na promoção da cidadania e na defesa do Estado Democrático de Direito;

- 2.2 Difundir para a sociedade conteúdo jornalístico que aborde os direitos garantidos pela Constituição Federal e as formas de acesso a eles;
- 2.3 Colaborar para o melhor entendimento por parte da sociedade e da imprensa sobre o funcionamento do Supremo Tribunal Federal e dos tribunais superiores, ressaltando o papel social e constitucional de cada um;
- 2.4 Fortalecer e reconhecer o papel da imprensa na mediação do debate público das esferas judiciais com o jurisdicionado;
- 2.5 Estreitar a relação entre os tribunais, demonstrando força e união na defesa da democracia e da lei maior: a Constituição Federal.

3. EIXOS TEMÁTICOS

3.1 O I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã é dividido em cinco eixos temáticos, baseados na missão constitucional de cada um dos tribunais:

I - Eixo 1: Supremo Tribunal Federal – O Tribunal da Constituição

II - Eixo 2: Tribunal Superior Eleitoral – O Tribunal da Democracia

III - Eixo 3: Superior Tribunal de Justiça – O Tribunal da Cidadania

IV - Eixo 4: Tribunal Superior do Trabalho – O Tribunal da Justiça Social

V - Eixo 5: Superior Tribunal Militar – O Guardião da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas

4. CATEGORIAS

4.1 A Comissão Julgadora de cada eixo temático, ou seja, de cada Tribunal, escolherá e premiará trabalhos jornalísticos em quatro categorias diferentes:

I - Jornalismo escrito (impresso ou *on-line*) – para a melhor reportagem ou série de reportagem veiculada em *website*, jornal ou revista. Nesta categoria, serão aceitos projetos únicos ou em série, com o limite de 5 (cinco) peças por série.

II - **Jornalismo de vídeo** – destinado a melhor reportagem ou programa veiculado em televisão, no YouTube ou em outras plataformas de publicação de conteúdos audiovisuais similares. Nesta categoria, serão aceitos projetos únicos – vídeos de no máximo 60 minutos ou em série, com o limite de 5 (cinco) peças por série, também somando o total de 60 minutos.

III - **Jornalismo de áudio** – conferido ao melhor conteúdo jornalístico veiculado em rádios ou outras plataformas de áudio como Spotify, SoundCloud, Deezer ou similares. Nesta categoria, serão aceitos projetos únicos – áudios de no máximo 60 minutos ou em série, com o limite de 5 (cinco) peças por série, também somando o total de 60 minutos.

IV - **Fotojornalismo** – destinado ao melhor trabalho fotográfico produzido na área, veiculado em meio impresso ou *on-line*, seja uma foto ou série de fotos. Nesta categoria, serão aceitos projetos únicos ou em série, com o limite de 5 (cinco) peças por série.

5. ESPECIFICIDADES DOS EIXOS

5.1 Os participantes do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** poderão inscrever trabalhos de diferentes categorias em até três (3) eixos temáticos, de acordo com as seguintes especificações:

I - Eixo 1: Supremo Tribunal Federal – O Tribunal da Constituição

a) Os trabalhos concorrentes no **Eixo 1: Supremo Tribunal Federal – O Tribunal da Constituição** deverão apresentar conteúdo jornalístico produzido e/ou veiculado na imprensa brasileira, no período descrito neste edital, que destaque a atividade jurídica do STF ou a importância da Constituição Federal para garantia de direitos e a integridade da ordem democrática.

b) Além de observar os mesmos objetivos comuns do prêmio, o conteúdo deve fazer referência à observação da constitucionalidade das leis, da defesa dos direitos e garantias fundamentais e do Estado Democrático de Direito, tendo por base os objetivos da Corte como órgão de cúpula do Poder Judiciário, responsável pela guarda da Constituição, conforme previsto na Carta Magna.

II - Eixo 2: Tribunal Superior Eleitoral – O Tribunal da Democracia

a) Os trabalhos concorrentes no **Eixo 2: Tribunal Superior Eleitoral – O Tribunal da Democracia** deverão apresentar conteúdo jornalístico produzido e/ou veiculado na imprensa brasileira, no período descrito neste edital, que mencione as atividades jurídica e administrativa do TSE bem como o papel constitucional da Corte ao realizar eleições que garantem a alternância de poder conforme a vontade do eleitor.

b) Além de observar os mesmos objetivos comuns do prêmio, o conteúdo deve fazer referência à atuação da Justiça Eleitoral e/ou ao sistema eletrônico de votação – ainda que o tema noticiado esteja em um contexto mais amplo – tendo em vista que cabe à Justiça Eleitoral organizar todas as fases que levam à escolha dos representantes do povo, a fim de que se resguarde a legitimidade e a normalidade do processo eleitoral.

III - Eixo 3: Superior Tribunal de Justiça – O Tribunal da Cidadania

a) Os trabalhos concorrentes no **Eixo 3: Superior Tribunal de Justiça – O Tribunal da Cidadania** deverão apresentar conteúdo jornalístico produzido e/ou veiculado na imprensa brasileira, no período descrito neste edital, que mencione a atividade judicante e o papel constitucional do STJ, ainda que o tema noticiado esteja em um contexto mais amplo.

b) Além de observar os mesmos objetivos comuns do prêmio, o conteúdo deve fazer referência à evolução dos direitos desde a promulgação da Constituição Federal no campo de atuação do STJ; a decisões judiciais, à jurisprudência ou a ações institucionais do STJ relacionadas à promoção da cidadania, dos direitos humanos e da democracia; à atuação da corte na aplicação de leis que impactam diretamente o cotidiano das pessoas nos mais variados campos (saúde, educação, segurança, relações de consumo, família, previdência social, tributação, direito empresarial, serviços públicos etc.); ou ao aperfeiçoamento da legislação e da prestação jurisdicional, inclusive em relação ao sistema de precedentes.

IV - Eixo 4: Tribunal Superior do Trabalho – O Tribunal da Justiça Social

a) Os trabalhos concorrentes no **Eixo 4: Tribunal Superior do Trabalho – O Tribunal da Justiça Social** deverão apresentar conteúdo jornalístico produzido e/ou veiculado na imprensa brasileira, no período descrito neste edital, que abordem a atuação da Justiça do Trabalho na promoção e na efetivação de direitos trabalhistas, previstos na Constituição Federal.

b) Além de observar os mesmos objetivos comuns do prêmio, o conteúdo pode fazer referência à atuação da Justiça do Trabalho para efetivação do trabalho decente em temas como: enfrentamento ao trabalho infantil; promoção da saúde e segurança no ambiente de trabalho; combate ao preconceito e à discriminação nas relações de emprego; e enfrentamento ao trabalho escravo.

V - Eixo 5: Superior Tribunal Militar – O Guardião da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas

a) Os trabalhos concorrentes no **Eixo 5: Superior Tribunal Militar – O Guardião da hierarquia e da disciplina das Forças Armadas** deverão apresentar conteúdo jornalístico produzido e/ou veiculado na imprensa brasileira, no período descrito neste edital, que mencione as atividades judicantes e o papel constitucional da Justiça Militar da União (JMU) e do STM, ainda que o tema noticiado esteja em um contexto mais amplo.

b) Além de observar os mesmos objetivos comuns do prêmio, o conteúdo pode fazer referência aos seguintes temas: evolução dos direitos desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 no campo de atuação do Superior Tribunal Militar; decisões judiciais e jurisprudência; peculiaridades dos crimes militares definidos em lei, como a não aplicação do princípio da insignificância e a não aplicação do “Acordo de Não Persecução Penal”; crimes que vêm aumentando no meio militar; julgamentos que resultem na perda do posto e da patente de militares; a dinâmica do escabinato; funcionamento dos Conselhos de Justiça; ampliação da competência constitucional; modernização da legislação penal militar a partir dos direitos e garantias constitucionais, por exemplo, o julgamento de civis na primeira instância; e a questão da aplicação da Lei Maria da Penha para crimes de violência doméstica contra a mulher militar.

6. INSCRIÇÕES E PRAZOS

6.1 As inscrições para o **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** são gratuitas e deverão ser realizadas entre **18 de setembro de 2023 e 12 de janeiro de 2024**, exclusivamente por meio de formulário disponibilizado no site <http://www.tst.jus.br/premiojornalismojudiciario>

6.2 Em todas as categorias, serão aceitos trabalhos jornalísticos produzidos e publicados em meios de comunicação durante o período de **8 de janeiro de 2023 a 8 de janeiro de 2024**.

6.3 Cada candidato poderá inscrever apenas um (1) trabalho por categoria observando o limite de inscrições em até três (3) eixos temáticos.

6.4 Não serão aceitos trabalhos jornalísticos produzidos e veiculados por unidades de comunicação do Poder Judiciário e entidades representativas de classe, a exemplo de associações e sindicatos de membros ou servidores.

6.5 No ato da inscrição eletrônica deverão ser anexados (via *upload* no formulário de inscrição):

a) cópia do documento de identidade (RG ou CNH com foto) do autor e coautor(es); e

b) cópia do registro profissional do responsável, constando o número e o nome do inscrito, nome do veículo, data da publicação, arquivo ou *link* com o material jornalístico correspondente.

6.6 Os documentos pessoais do autor ou do profissional responsável pela inscrição, bem como os arquivos dos trabalhos jornalísticos, deverão ser armazenados em nuvem e disponibilizados à organização do prêmio por meio de um único *link*. Este *link* deverá ser informado no ato da inscrição. Caso o material jornalístico esteja publicado na internet, deverá ser gerado um único arquivo onde constem os *links* correspondentes.

6.7 O candidato que tenha parentesco com membro de Comissão Julgadora, que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, não poderá se inscrever no eixo temático correspondente,

tendo em vista os princípios da isonomia, da impessoalidade e da moralidade. O mesmo poderá se inscrever nos demais eixos temáticos disponíveis neste regulamento.

7. FORMATO DE ENVIO

7.1 Em relação ao formato de envio, na categoria:

I - Jornalismo escrito

a) As reportagens escritas deverão ser enviadas em formato PDF (impresso), no tamanho máximo de 20 MB, e identificadas, no próprio arquivo, com o nome do autor/veículo, ou via *link* (*on-line*).

b) Para o caso de *links* protegidos por *paywall* (acesso pago), deve-se enviar o material publicado *on-line* em formato PDF, com a devida identificação do autor.

c) No caso de série de reportagens, deve-se preencher uma única ficha de inscrição e disponibilizar os PDFs ou os *links* de acesso na ordem da reportagem.

II - Jornalismo de vídeo

a) Reportagens de vídeo ou trechos de reportagens deverão ser destacados do programa ou da programação da emissora, com arquivos específicos para eles.

b) O material poderá ser enviado via *link* de publicação ou no formato MP4, com a qualidade máxima de 5 MP, e a devida identificação do autor/veículo no próprio arquivo.

c) Em caso de *links* protegidos por *paywall* (acesso pago), deve-se informar um *login* de acesso ou disponibilizar o material no YouTube ou plataforma similar.

d) No caso de série de reportagens, deve-se preencher uma única ficha de inscrição e disponibilizar os vídeos ou os *links* de acesso na ordem da reportagem.

III - Jornalismo de áudio

a) Reportagens em áudio ou trechos de reportagens deverão ser enviados via *link* de publicação ou no formato MP3, com qualidade máxima de 128 Kbps, e a devida identificação do autor/veículo no próprio arquivo.

b) As reportagens deverão manter a identificação da emissora/programa em que foi transmitido e a comprovação da data.

c) No caso de série de reportagens, deve-se preencher uma única ficha de inscrição e disponibilizar os arquivos de áudio ou os *links* de acesso na ordem da reportagem.

IV - Fotojornalismo

a) As imagens deverão ser enviadas nos formatos JPEG ou PNG, com o tamanho máximo de 2 MB.

b) Caso a foto seja publicada dentro de uma reportagem ou série, enviar também o PDF respectivo ou *link* de acesso.

c) No caso de série de imagens, deve-se preencher uma única ficha de inscrição e disponibilizar os arquivos fotográficos ou *links* de acesso na ordem da reportagem.

d) Considerando o contexto específico da reportagem, a inscrição da reprodução de fotos históricas será avaliada pela Comissão Organizadora.

8. AUTORIA DOS TRABALHOS

8.1 A autoria dos trabalhos precisa ser declarada no ato da inscrição pelo autor de cada material, que deverá se responsabilizar por origem, veracidade e autenticidade das obras inscritas.

8.2 O candidato que preencher a inscrição será considerado o representante da equipe autora do projeto e do respectivo veículo.

8.3 O responsável pela inscrição deverá declarar que possui autorização para o uso e veiculação da obra inscrita;

8.4 O responsável pela inscrição deverá declarar a titularidade dos direitos autorais do projeto inscrito, bem como de todos os elementos que dela fazem parte, sem a violação de qualquer direito de terceiros.

9. COMISSÃO ORGANIZADORA

9.1 É responsabilidade da Comissão Organizadora do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** a elaboração e a publicação deste edital, o cronograma, a pré-seleção dos trabalhos inscritos, a organização da cerimônia de premiação e outras questões relativas ao prêmio.

9.2 A Comissão Organizadora é composta por 2 (dois) membros/servidores titulares indicados por cada Tribunal e 2 (dois) substitutos.

9.3. Em cumprimento ao disposto na Lei 13.709/2018 (LGPD), ressalta-se a obrigação da Comissão Organizadora de zelar pela integridade dos dados pessoais dos candidatos, bem como de providenciar a eliminação dos dados após a premiação, viabilizando a plena realização do objeto do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã**.

9.4 A Comissão Organizadora do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** será responsável pelo recebimento e pela pré-seleção dos trabalhos inscritos, eliminando materiais que estejam fora do padrão estabelecido nos eixos temáticos e nas categorias do prêmio.

10. COMISSÃO JULGADORA

10.1 A avaliação dos trabalhos inscritos será feita por uma Comissão Julgadora para cada categoria, em cada eixo temático, formada da seguinte maneira:

- I - 1 representante da imprensa (correspondente à categoria);
- II - 1 Ministro do Tribunal correspondente ou representante da Alta Administração; e
- III - 1 membro de entidade associativa convidado.

10.2 A Comissão Julgadora atribuirá notas de 0 a 10 para os trabalhos inscritos, avaliando-os de acordo com os critérios acima listados.

10.3 Em caso de empate, caberá à Comissão Julgadora efetuar o desempate para fins de classificação.

11. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

11.1 Para fins de julgamento, serão considerados os seguintes critérios:

- I - Conexão com o tema principal: 35 anos da Constituição Cidadã;
- II - Relevância para o Poder Judiciário;
- III - Relevância para a sociedade;
- III - Qualidade editorial e jornalística;
- IV - Criatividade e originalidade;
- V – Temporalidade;

12. PREMIAÇÃO E DIVULGAÇÃO

12.1 Os trabalhos indicados como vencedores de cada categoria receberão, a título de premiação, um troféu especialmente confeccionado e um certificado de participação assinado pelos presidentes dos Tribunais. Serão premiados com certificados os trabalhos classificados de segundo a quinto lugar em cada uma das categorias.

12.2 A cerimônia de premiação será realizada no dia 24 de abril de 2024, na sede do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília-DF. A organização do prêmio não irá custear passagens ou hospedagem dos finalistas.

13. CASOS OMISSOS E QUESTIONAMENTOS

13.1 Os casos omissos e eventuais questionamentos a respeito deste edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã**.

13.2 Em caso de dúvidas, o interessado poderá entrar em contato com a Comissão Organizadora por meio do telefone (61) 3319-8592 ou do *e-mail* de cada eixo correspondente disponibilizado no *site*.

14. CRONOGRAMA

AÇÃO	DATA/PRAZO
Cerimônia de lançamento do Prêmio	13 de setembro de 2023
Publicação do edital	15 de setembro de 2023
Período de inscrições e de envio dos materiais	De 18 de setembro de 2023 a 12 de janeiro de 2024
Avaliação dos trabalhos pela Comissão Organizadora	De 15 a 31 de janeiro de 2024
Avaliação dos trabalhos pela Comissão Julgadora	De 1º de fevereiro a 22 de março de 2024
Divulgação dos finalistas	1º de abril de 2024
Divulgação do resultado final e cerimônia de premiação	24 de abril de 2024

15. Disposições finais

15.1 São de responsabilidade da Comissão Organizadora do **I Prêmio Nacional de Jornalismo do Poder Judiciário – 35 anos da Constituição Cidadã** o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos deste prêmio, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.

15.2 Os vencedores aceitarão expressamente, no momento da inscrição, que nenhuma remuneração lhes será concedida pela reprodução, sob qualquer pretexto, não havendo necessidade de nenhuma autorização formal dos autores para isso.



15.3 Aos organizadores fica reservado o direito de adiar ou suspender a realização dos procedimentos previstos neste edital, dando conhecimento aos interessados.